

CAPÍTULO 4

UMA VISÃO GERAL DE QUATRO TRADIÇÕES SOBRE GUERRA E PAZ NA HISTÓRIA CRISTÃ¹

Data de aceite: 02/06/2025

Autor: Joseph J. Fahey²

Tradução: André Ricardo Randazzo Gomes

RESUMO: Este ensaio examina quatro tradições sobre guerra e paz que se desenvolveram na história cristã. São elas: Pacifismo, Guerra Justa, Guerra Total, e Comunidade Mundial. O Pacifismo caracterizou os primeiros cristãos; a Guerra Justa apareceu no fim do quarto século e no quinto século; a Guerra Total, no século 11; e a Comunidade Mundial começou no século 16. Todas as quatro posições continuam hoje e são sustentadas por pessoas que sinceramente se chamam a si mesmas de cristãs.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra; Paz; Filosofia Cristã; Filosofia Medieval.

AN OVERVIEW OF FOUR TRADITIONS ON WAR AND PEACE IN CHRISTIAN HISTORY

ABSTRACT: This essay examines four traditions on war and peace that have developed in Christian history. They are: Pacifism, Just War, Total War, and World Community.¹ Pacifism characterized the earliest Christians; Just War appeared in the late fourth and fifth centuries; Total War in the eleventh century; and World Community began in the sixteenth century. All four positions continue today and are held by people who sincerely call themselves Christian.

KEYWORDS: War; Peace; Christian Philosophy; Medieval Philosophy.

¹ FAHEY, Joseph J. An Overview of Four Traditions on War and Peace in Christian History. *The Journal of Social Encounters*, Vol. 2, Issue 1, 2018, pp. 7-21. Disponível em: <https://digitalcommons.csbsju.edu/social_encounters/vol2/iss1/2>. Acesso em: 03 mar. 2025.

² Joseph Fahey recebeu o seu Bacharelado (BA) em Filosofia e o Mestrado (MA) em Teologia do Seminário Maryknoll e tem um Doutorado (Ph.D.) em Ética Social Cristã pela Universidade New York. Ele serviu como professor de Estudos Religiosos na Faculdade Manhattan (1966-2016) e co-fundou os programas de bacharelado em Estudos da Paz e Estudos do Trabalho da faculdade. Ele serviu como Secretário Geral da Pax Christi USA e no conselho nacional da Fellowship of Reconciliation. Ele é autor do livro *War and the Christian Conscience: Where Do You Stand*, Orbis Books, 2005. Para discutir este ensaio, entre em contato com Joseph em: josephjfahey@gmail.com

INTRODUÇÃO

Globalmente, o envolvimento crescente de atores religiosos em conflitos violentos e em esforços de construção da paz, descrito em detalhe por Toft, Philpott e Shah (2011), levou a um aumento na atenção às visões sobre a violência e a paz nas maiores tradições religiosas do mundo (ver KURTZ, et al., 2018). Na Igreja Católica, vemos um debate crescente sobre a possibilidade de aceitação da abordagem da Guerra Justa (DENNIS, ed., 2018). Neste ensaio, eu explorarei quatro abordagens sobre a guerra e a paz encontradas na tradição cristã: Pacifismo, Guerra Justa, Guerra Total, e Comunidade Mundial³. Podem-se encontrar abordagens semelhantes no pensamento secular e em outras grandes tradições religiosas (ver KURTZ, et al., 2018).

Essas quatro abordagens na tradição cristã têm importantes semelhanças e diferenças. O Pacifismo e a Comunidade Mundial complementam uma à outra, visto que empregam métodos não violentos de pacificação, ao passo que a Guerra Justa e a Guerra Total têm em comum o uso de métodos violentos que ferem ou matam seus oponentes. Cada posição, entretanto, é distinta: o Pacifismo se aplica fundamentalmente ao testemunho cristão pessoal e civil, ao passo que a Comunidade Mundial lida com a criação de uma ordem internacional política e econômica para assegurar relações pacíficas entre estados⁴. A Guerra Justa emprega violência limitada para assegurar a justiça entre grupos e nações, mas faz isso estritamente como último recurso e com uma atitude “pesarosa”. A Guerra Total emprega violência indiscriminada para subjugar o oponente e ela considera a guerra como um sinal de virilidade, fortaleza e orgulho nacional.

Todas as quatro tradições, em alguma medida, empregam o poder e a coerção para fazer a paz. A passividade, ou a inação, ou o silêncio, diante da injustiça não têm lugar na teologia cristã. O Pacifismo e a Comunidade Mundial estão arraigados fundamentalmente na escritura cristã (Novo Testamento), ao passo que a Guerra Justa e a Guerra Total têm raízes fundamentalmente nas escrituras hebraicas (Antigo Testamento). Hoje, há um diálogo saudável entre defensores da “Justa Paz”, do “Justo Policiamento”, e da “Responsabilidade de Proteger”, sobre o uso da violência para proteger os inocentes.

Vamos agora nos voltar para uma breve discussão de cada tradição. Em cada caso, eu discutirei como a escritura cristã se relaciona com a abordagem e com a história da abordagem.

1 PACIFISMO

O Pacifismo é uma filosofia pessoal e social que busca a conversão dos inimigos através do amor e da não-violência ativa.

³ Para uma discussão das quatro tradições sobre guerra e paz, ver meu livro: Joseph J. Fahey. *War and the Christian Conscience: Where Do You Stand*. Orbis Books, 2005.

⁴ A Comunidade Mundial, apesar de criminalizar a guerra, usará polícia e às vezes violência para manter a ordem social.

ESCRITURA: Embora haja um forte apoio à paz nas escrituras hebraicas, os pacifistas acreditam que há um apoio mais forte à sua posição nas escrituras cristãs (Novo Testamento). Eles sustentam que as “boas novas do reino” (Mateus 4:23) que Jesus pregou foram as de que a pacificação era central para o evangelho⁵. Os Pacifistas sustentam que as bem-aventuranças no Sermão da Montanha contêm o plano para uma sociedade cristã, especialmente: “Bem-aventurados são os pacificadores, pois eles serão chamados filhos de Deus” (5:9). E Jesus pede aos seus seguidores para amarem até mesmo os inimigos:

“Tendes ouvido o que foi dito: Amarás o teu próximo e poderás odiar teu inimigo. Eu, porém, vos digo: amai vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam, orai pelos que vos perseguem. Deste modo sereis os filhos de vosso Pai do céu”. (Mateus 5:43-45)

Jesus também fala da reconciliação com os inimigos:

“Se estás, portanto, para fazer a tua oferta diante do altar e te lembras de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa lá a tua oferta diante do altar e vai primeiro reconciliar-te com teu irmão; só então vem fazer a tua oferta.” (Mateus 5:23-24)

Assim, os pacifistas argumentam que os cristãos são chamados a um padrão mais alto para lidar com o conflito humano, padrão baseado no amor e no perdão.

Mas e o conselho de Jesus para “oferecer a outra face” e para “não resistir àquele que é mau” no Sermão da Montanha? Será que Jesus estava realmente dizendo aos seus seguidores para não fazerem nada diante do mal?

Walter Wink, em *Engaging the Powers*⁶ [“Empenhando os Poderes”], argumenta que Jesus estava advogando uma “terceira via” entre a passividade e a violência. Wink sustenta que Jesus estava, na verdade, aconselhando a resistência não-violenta quando Jesus pediu aos seus seguidores para “oferecerem a outra face”, “darem a capa”, e “andarem dois mil passos” (Mateus 5:38-42). Ele conclui que Jesus estava aconselhando a humilhação pública e a resistência aos senhores de escravos, a cobradores de impostos e a soldados romanos.

Os pacifistas também sustentam que o conselho de São Paulo em Efésios 6:10-17, “revesti-vos da armadura de Deus”, demonstra a centralidade da resistência não-violenta na vida cristã. Paulo incita os cristãos a usar armas espirituais contra seus adversários: os cristãos devem usar a “espada do espírito”.

HISTÓRIA: O Pacifismo era o ponto de vista dominante para os cristãos desde o tempo de Jesus até o fim do quarto século e o começo do quinto século. Embora alguns estudiosos concluam que os cristãos não serviam no exército romano por causa de perseguição, o testemunho dos Primeiros Padres nos diz que o mandamento de Jesus para “amar seus inimigos” era a principal razão para a sua recusa de derramar sangue. Até mesmo soldados romanos se converteram ao cristianismo. São Martinho de Tours (316-397

⁵ Ver William B. Frazier. *How the God of Jesus Makes Peace*. CreateSpace, 2017.

⁶ Walter Wink. *Engaging the Powers: Discernment and Resistance in a World of Domination*. Fortress Books, 1992.

d.C.) era representativo quando afirmou: “Até aqui eu lhe servi como soldado, agora deixe-me servir a Cristo... Sou um soldado de Cristo e não me é lícito lutar”.

Proscrições e exortações contra cristãos participarem de derramamento de sangue são encontradas em todo o ensinamento cristão primitivo. Elas incluem o *Didache* (composto entre 70 e 90 d.C.), Justino Mártil (100-165 d.C.), Tertuliano (160-220 d.C.), Orígenes (185-254 dC), Maximiliano (274-295 d.C.), os *Cânones* de Hipólito (séculos do terceiro ao quinto d.C.), e Pelágio (cerca de 350 a 420 d.C.). Lemos nos *Cânones*, por exemplo: “Do magistrado e do soldado: que eles não matem ninguém, mesmo que recebam a ordem para fazer isso; que não recebam coroas”.

Quando a participação na guerra foi legitimada para os cristãos principalmente através do ensinamento de Santo Agostinho de Hipona no quinto século, o pacifismo cristão permaneceu obrigatório para monges e clérigos até o nosso tempo. São Francisco de Assis (cerca de 1182-1226) fundou uma ordem mendicante dedicada à pobreza voluntária e ao pacifismo. A “Terceira Ordem” franciscana concedeu às pessoas leigas a isenção do serviço militar. A sua Regra afirmava: “Elas não devem pegar armas letais, nem portá-las, contra ninguém”.

O período que se seguiu à Reforma Protestante viu a ascensão das “Igrejas da Paz Históricas”: os anabatistas, a Sociedade de Amigos, e os Brethren (Irmãos). Essas igrejas pacifistas foram sujeitas à perseguição por governantes protestantes e católicos devido à sua recusa de participar de guerras. Até hoje, a objeção de consciência à guerra é considerada por alguns como covardia ou traição. Como o autor russo Petr Verigin afirmou: “O mais perigoso elemento no cristianismo, do ponto de vista da ordem estabelecida, é a recusa de matar um ser humano”.

No século 20, as trágicas guerras e a corrida armamentista internacional inspiraram quase todas as igrejas cristãs a examinar a sua longa tradição de aceitar a instituição da guerra. A Igreja Católica foi representativa quando os bispos do mundo em *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano Segundo, declararam que devemos “fazer uma avaliação da guerra com uma atitude inteiramente nova” (80). Parte dessa nova atitude era um apoio ao pacifismo na forma de objeção de consciência à guerra, da parte dos católicos. Lemos em *Gaudium et Spes*: “não podemos deixar de elogiar aqueles que renunciam ao uso da violência na justificação de seus direitos”, e “parece certo que as leis façam provisões humanas em favor daqueles que, por razões de consciência, se recusam a portar armas, desde que, entretanto, eles aceitem alguma outra forma de serviço à comunidade humana” (78-79).

O Papa Francisco tem falado muito sobre paz. Ele afirmou em sua Mensagem do Dia Mundial da Paz de 2017: “Ser verdadeiros seguidores de Jesus hoje inclui também abraçar o seu ensinamento sobre a não-violência... Eu empenho a assistência da Igreja em todo esforço de construir a paz através da não-violência ativa e criativa” (8 dez. 2016; ver DENNIS, ed., 2018, pp. 221-229). Em abril de 2016, uma importante conferência sobre a

“Não-violência e a Justa Paz” patrocinada pela *Pace e Bene* e pela *Pax Christi International* ocorreu no Vaticano e pediu que a igreja volte à “não-violência do evangelho” e “não use nem ensine a teoria da guerra justa” (ver *An Appeal to the Catholic Church to Re-Commit to the Centrality of Gospel Nonviolence*, em DENNIS, ed., 2018, pp. 17-26).

CONCLUSÃO: Os pacifistas sustentam que os inocentes devem ser protegidos e que o mal deve ser resistido através de meios que sejam persuasivos e coercitivos. Assim, o pacifismo emprega os vários métodos sociais, econômicos e políticos de não-violência ativa para restaurar a justiça⁷. Os pacifistas empregam o poder do amor para produzir a reconciliação com os inimigos.

2 GUERRA JUSTA

A guerra é uma instituição política que emprega métodos letais para resolver conflitos entre estados. As guerras podem ser *internacionais* (entre estados-nações) ou *intranacionais* (guerra civil ou revolução).

A guerra é uma instituição social relativamente nova que se tornou possível há 10.000 anos com a evolução desde sociedades nômades para sociedades territoriais, e há 5.000 anos com os primeiros estados-cidades que requeriam governança civil. Assim, a territorialidade e a hierarquia criaram as condições para a guerra entre grandes entidades sociais que eram tribais, ou estados-cidades, ou impérios, ou estados-nações.

Registros antropológicos e históricos até mesmo das primeiras sociedades nos dizem que as guerras eram governadas pelo costume, ou pelos princípios, ou pela lei. Desenvolveu-se na Grécia antiga e na Roma antiga uma tradição que ficou conhecida como a Guerra Justa. A Guerra Justa, às vezes, é chamada de “teoria”, ou de “princípios”. No entanto, há um pressuposto contra a guerra no pensamento da Guerra Justa, visto que “a guerra como último recurso” se encontra em quase toda formulação da Guerra Justa.

ESCRITURA: A “Lei de Talião”, tal como se encontra no Código de Hamurabi do século 18 a.C., é baseada no princípio “olho por olho”. Isto é, a justa compensação por um crime deve se limitar a tomar apenas aquilo que resultou em um prejuízo. As escrituras hebraicas, embora permitam a violência, limitam o que pode ser feito a um oponente. Lemos no Levítico 24:19-20: “Se um homem ferir o seu próximo, assim como fez, assim se lhe fará a ele: fratura por fratura, olho por olho e dente por dente”. Exemplos desse princípio foram aplicados pelos judeus na guerra em passagens tais como: Deuterônomo 20:10-14, 2 Reis 6:20-23, e 2 Crônicas 28:5-15. Como veremos, a guerra sem limitações, como na Guerra Total, também é encontrada nas escrituras hebraicas.

Defensores da Guerra Justa no cristianismo citam os seguintes textos para apoiar a sua crença de que Jesus apoiaria a Guerra Justa:

⁷ Ver 198 métodos de não-violência em Gene Sharp. *The Politics of Nonviolent Action*. Três Volumes. Porter Sargent, 1973.

Marcos 12:17: "Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". Isso é interpretado no sentido de que Jesus estava pedindo aos seus seguidores para seguirem as leis de César e isso incluía o serviço militar.

Mateus 21:12: "Jesus entrou no templo e expulsou dali todos aqueles que se entregavam ao comércio. Derrubou as mesas dos cambistas e os bancos dos negociantes de pombas". Isso é interpretado no sentido de que o próprio Jesus usou de violência ao expulsar os cambistas.

Mateus 10:34: "Não julgueis que vim trazer a paz à terra. Vim trazer não a paz, mas a espada". Isso é interpretado no sentido de que Jesus aceitou a participação de seus seguidores na guerra.

Lucas 22:36: "E aquele que não tiver uma espada, venda sua capa para comprar uma". Isso é interpretado no sentido de que Jesus mandou o uso de espadas para autodefesa enquanto em viagem.

Mateus 8:5-6: "Entrou Jesus em Cafarnaum. Um centurião veio a ele e lhe fez esta súplica: 'Senhor, meu servo está em casa, de cama, paralítico, e sofre muito'". Isso é interpretado no sentido de que Jesus, ao não condenar o soldado romano, aceitou *de facto* a profissão militar para os cristãos.

João 15:13: "Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a sua vida por seus amigos". Isso é interpretado no sentido de que Jesus elogia soldados que morrem em batalha.

Romanos 13:1: "Cada qual seja submisso às autoridades constituídas, porque não há autoridade que não venha de Deus; as que existem foram instituídas por Deus". Isso é interpretado no sentido de que as pessoas devem obedecer ao chamado de seu governo ao serviço militar.

Embora cada uma dessas passagens deva ser interpretada no contexto histórico e cultural em que foi escrita, os defensores da Guerra Justa acreditam que elas podem ser interpretadas para justificar a participação cristã na guerra.

HISTÓRIA: A tradição da Guerra Justa dos filósofos romanos entra no cristianismo nos séculos 4 e 5. O pacifismo dos primeiros cristãos sobreviveu, mas gradualmente foi se localizando nos mosteiros e no estado clerical. Por que é que a igreja mudou a partir de um corpo de crentes que rejeitavam a violência e a guerra para um corpo que finalmente aceitou - com limitações - o derramamento de sangue na guerra?

Três razões explicam essa mudança⁸:

1. A união da *Pax Christiana* e a *Pax Romana*. Na medida em que os cristãos ganharam liberdade política e cidadania romana no quarto século, alguns vieram a ver a paz estabelecida pelo Império Romano como o veículo para a propagação da paz cristã.
2. Da filosofia semítica à filosofia platônica. Os semitas viam a pessoa humana como intrinsecamente boa, corpo e alma. A filosofia neoplatônica via o corpo humano material como um obstáculo à perfeição da alma. Isso influenciou Santo Agostinho de Hipona (354-430 d.C.), que sustentou que os humanos são uma

⁸ Para uma fina discussão histórica desse assunto, ver Roland Bainton. *Christian Attitudes toward War and Peace*. Abingdon Books, 1960.

“raça condenada” à “anarquia e luxúria”. A guerra que existia na “cidade terrena” caracterizava os filhos da Queda, ao passo que a paz existia na “cidade celestial”.

3. Dois Reinos: Roma e Deus. No começo do quinto século, os cristãos se tornaram cidadãos romanos e o cristianismo se tornou a religião oficial de Roma. A obrigação cristã em relação a Roma incluía o serviço militar, que antes havia sido rejeitado pelos cristãos quando eram perseguidos.

Santo Ambrósio de Milão (340-397 d.C.) e Santo Agostinho de Hipona (354-430 d.C.) introduziram na história cristã os princípios da Guerra Justa que haviam sido defendidos antes por Platão (cerca de 428-347 a.C.), Aristóteles (384-322 a.C.) e Cícero (106-43 d.C.). Ambrósio acreditava que a guerra deve defender os oprimidos, que pessoas inocentes não podem ser mortas, que a guerra deve ser legalmente declarada, e que monges e clérigos não podem derramar sangue. Agostinho sustentou que “o amor não impede uma severidade benevolente” e que “o amor aos inimigos não admite dispensa, mas o amor não exclui guerras de misericórdia executadas pelos bons”. Agostinho apoiou os princípios de Ambrósio e também endossou o dever da Igreja Católica de empregar a autoridade civil para combater heresias. A Guerra Justa estava agora estabelecida na história cristã.

A noção de Agostinho de que a guerra deve ser executada com uma atitude “pesarosa” levou a restrições à guerra que se encontram nos Livros Penitenciais medievais e na Paz de Deus e na Trégua de Deus. Os Penitenciais requeriam que os soldados fizessem penitência por derramar sangue mesmo em uma guerra declarada. A Paz de Deus restringia severamente aqueles que podiam lutar em guerras, ao passo que a Trégua de Deus proibia lutar durante uma boa parte do ano da Igreja. A guerra como “último recurso” dominava o período medieval.

O frade dominicano Santo Tomás de Aquino (1225-1274), na *Suma Teológica*, enunciou três princípios para uma Guerra Justa:

“Primeiro, a autoridade do soberano por cujo comando a guerra deve ser executada... Segundo, requer-se uma causa justa, isto é, que aqueles que são atacados, devam ser atacados porque merecem isso devido a alguma culpa... Terceiro, é necessário que os beligerantes devam ter uma intenção reta, para que pretendam realizar o bem ou evitar o mal” (II-II, q. 40, a. 1).

Santo Tomás também reconheceu que o abuso de poder, da parte de um governo, pode justificar uma revolução, da parte de seus súditos. Ele afirma em *Do Reino*, “em casos onde pertence de direito a uma comunidade providenciar um governante para si mesma, tal comunidade pode, sem injustiça, depor ou restringir um rei que ela nomeou, se ele abusar do poder real tiranicamente”. Fica claro que os cristãos têm um direito de derrubar governantes injustos através de meios revolucionários.

Os ataques militares aos povos nativos nas Américas pelos Conquistadores espanhóis no século 16 levaram Bartolomé de Las Casas (1484-1566) e outros missionários a invocar a Guerra Justa para impedir a perseguição aos índios no “novo mundo”. Em

1537, o Papa Paulo III, que foi influenciado por Las Casas, declarou que os índios não deveriam ser privados de sua liberdade e que a conversão deve ocorrer pelo “exemplo de vida boa e santa” - não pela conquista militar. Em um desdobramento importante dos princípios da Guerra Justa, o dominicano Tommaso Caetano (1469-1543) influenciou Las Casas e outros a exigirem que os espanhóis invasores deviam “restituição” (também chamada “restauração”) aos índios de quem eles haviam roubado terra e recursos naturais. O protestante holandês Hugo Grotius (1583-1645), em seu *Do Direito da Guerra e da Paz* (1625), explicou os princípios da Guerra Justa em termos legais, e não teológicos, e assim forneceu o fundamento para o direito internacional.

Nos séculos que se seguiram, as numerosas guerras europeias de colonização raramente seguiram os princípios da Guerra Justa. Como os invasores europeus desumanizaram os povos que exploravam, muitos sustentavam que as regras da guerra não pertenciam a “selvagens” sub-humanos. Na verdade, muitos dos colonizadores invocavam a aprovação divina para a sua conquista, empregando assim as táticas da Guerra Total que serão discutidas logo a seguir. Mesmo hoje, quando algumas pessoas no Sul Global ouvem o termo “Guerra Justa”, elas pensam em guerras anárquicas de conquista.

As guerras do século 20 que empregaram armas atômicas, biológicas e químicas puseram um desafio especial à Guerra Justa. A Segunda Guerra Mundial, com seus ataques aéreos massivos e indiscriminados sobre cidades inteiras por todos os lados, fez com que muitos questionassem se a Guerra Justa poderia ser seguida em uma era em que a tecnologia permite o massacre integral de civis. A escritora inglesa Vera Brittain (1893-1970) chocou muitos com o seu relato detalhado do bombardeio inglês e americano sobre cidades alemãs em *Massacre pelo Bombardeio*. O jesuíta americano John C. Ford escreveu “A moralidade do Bombardeio por Obliteração” (*Theological Studies*, 1944), em que ele concluiu que o bombardeio por saturação era moralmente errado. Ele afirmou: “O bombardeio por obliteração, tal como definido, é um ataque imoral aos direitos dos inocentes”.

A Organização das Nações Unidas, que foi fundada em 1945 para prevenir a guerra, permitiu em algumas instâncias o uso de força militar “na medida em que possa ser necessária para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais” (Artigo 42). As principais igrejas cristãs reafirmaram o seu comprometimento com os princípios da Guerra Justa, apesar de que algumas começaram a advogar a criação de uma autoridade pública mundial que criminalizaria a guerra. Os bispos católicos do mundo em *Gaudium et Spes* afirmaram que “não se pode negar aos governos o direito à legítima defesa, uma vez que todos os meios de resolução pacífica tenham sido esgotados”, mas acrescentaram as advertências de que a defesa não permite a “subjulação de outras nações”, e nem que a guerra, uma vez iniciada, “significa que tudo é justo entre as partes em guerra” (*Gaudium et Spes*, 1965, 79).

Hoje, a Igreja Católica Romana continua a afirmar os princípios da Guerra Justa. O ensinamento da Guerra Justa existe no *Catecismo da Igreja Católica* e no *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. O Papa Francisco afirmou que “É lícito parar o agressor injusto”, e em abril de 2016 lembrou a uma conferência sobre a não-violência que “não se pode negar aos governos o direito à legítima defesa, uma vez que todos os meios de resolução pacífica tenham sido esgotados”.

CONCLUSÃO: A seguir está um resumo dos princípios da Guerra Justa que evoluíram desde o tempo de Santo Agostinho, pelo período medieval, e até o nosso tempo. Tradicionalmente, apenas o “Direito de ir à guerra” e a “Justa conduta na guerra” foram discutidos. A “Justiça após a guerra”, embora exista há séculos, só recentemente foi acrescentada aos princípios da Guerra Justa.

I. Direito de ir à guerra (*Jus ad bellum*)

(1) *Causa justa*. Uma guerra deve ser executada em defesa da vida humana “inocente” ou para proteger direitos violados.

(2) *Autoridade apropriada*. A autoridade legalmente constituída de uma nação deve declarar a guerra. O direito internacional deve ser respeitado.

(3) *Intenção reta*. A intenção deve ser restaurar a paz. A vingança é proibida.

(4) *Último recurso*. Todas as alternativas pacíficas devem ser esgotadas antes que a guerra seja declarada.

II. Justa conduta na guerra (*Ius in Bello*)

(5) *Probabilidade de sucesso*. Uma guerra deve ser vencível.

(6) *Justa conduta*. Somente combatentes militares ativos são alvos legítimos na guerra. Civis não podem ser mortos.

(7) *Proporcionalidade*. O bem a ser alcançado deve exceder o mal que é feito na guerra.

III. Justiça após a guerra (*Ius Post Bellum*)

(8) *Justo término*. Deve-se negociar uma rendição “condicional”, e não “incondicional”.

(9) *Restituição*. Um vitorioso na guerra tem uma obrigação moral de reparar ou “restaurar” o dano feito durante a guerra às pessoas inocentes e à infraestrutura da nação.

Variações desses princípios continuam a existir no direito nacional e internacional e são usadas pelas forças militares em todo o mundo. Eles são ensinados em academias militares. Os princípios da Guerra Justa têm sido adaptados para o trabalho policial para o uso com perturbações civis e na conduta de oficiais da polícia. As maiores igrejas cristãs do mundo, incluindo a Igreja Católica Romana, incluem esses princípios em seu ensinamento ético a respeito da conduta da guerra. A discussão desenvolvida recentemente sobre “Policimento Justo” contém elementos do Pacifismo e da Guerra Justa⁹.

⁹ Ver Gerald W. Schlabach. *Just Policing, Not War*. Liturgical Press, 2008.

3 GUERRA TOTAL

A Guerra Total sustenta que a guerra é nobre e gloriosa, e a vitória na batalha requer a aniquilação da população civil do inimigo. A Guerra Total também acredita que a guerra é o estado normal das coisas humanas, e os esforços a favor da paz são sinais de fraqueza e traição. Ela difere, portanto, de maneira significante, da Guerra Justa, que requer que a guerra seja um último recurso e iniciada com uma atitude “pesarosa”. Consequentemente, as únicas regras na Guerra Total são aquelas que requerem ódio, vingança e aniquilação total. As sociedades que acreditam na Guerra Total têm os guerreiros em alta estima e consideram a violência como sinônimo de virilidade. Os que acreditam na Guerra Total também tendem a apoiar estados policiais totalitários que às vezes se chamam “Estado de Segurança Nacional”¹⁰.

ESCRITURA: Os textos que apoiam a Guerra Total são encontrados quase exclusivamente nas escrituras hebraicas. Essa passagem do Deuteronômio é representativa:

“Quanto às cidades daqueles povos cuja possessão te dá o Senhor, teu Deus, não deixarás nelas alma viva. Segundo a ordem do Senhor, teu Deus, votarás ao interdito os hiteus, os amorreus, os cananeus, os ferezeus, os heveus e os jebuseus” (20:16-17. Ver também Deuteronômio 20:10-18, e Josué 8:24-28).

É bom lembrar que o Deus das escrituras hebraicas também é um Deus que aconselha o amor e o perdão entre as pessoas. Mas há um «Deus guerreiro» que é defendido pelos seguidores da Guerra Total.

Nas escrituras cristãs, os defensores da Guerra Total usam muitos dos mesmos textos que foram mencionados na discussão da Guerra Justa. Poucos, entretanto, desses textos sugerem qualquer coisa que lembre a aniquilação dos inimigos. O livro do Apocalipse é usado com maior frequência para justificar a Guerra Total entre os cristãos. Cristãos fundamentalistas que interpretam literalmente a Bíblia acreditam que há um Deus guerreiro encontrado no Novo Testamento.

O livro do Apocalipse lida com a vitória final de Deus sobre Satanás e é famoso pelos “quatro Cavaleiros do Apocalipse: Guerra, Fome, Peste e Guerra” (Apocalipse 6). O Apocalipse descreve a “segunda vinda de Cristo”, quando Jesus retornará à terra e iniciará o “fim dos tempos”. Então, os “justos” serão levados corporalmente no “arrebatamento”. Então, a “grande tribulação” durará sete anos, quando os “santos” formarão um exército e derrotarão a besta e as forças do mal. Cristo, então, irá governar por mil anos (“milenialismo cristão”). Então, Satanás retornará para lutar a batalha final com Cristo. Ele perderá essa batalha e será condenado ao Inferno para sempre. Então, o “juízo final” ocorrerá e Deus recompensará os bons com o Paraíso e condenará os maus ao Inferno. Uma “guerra cósmica” é inevitável quando Cristo governará com toda a sua glória. Assim, a violência e a destruição divinamente autorizadas desempenham um papel importante para aqueles que acreditam na Guerra Total.

¹⁰ Para uma discussão do Estado de Segurança Nacional e a proposta de um governo mundial, ver Gerald e Patricia Mische. *Toward A Human World Order: Beyond the National Security Straitjacket*. Paulist Press, 1977.

HISTÓRIA: Nos primeiros mil anos da história cristã, os cristãos ou se recusavam a lutar em guerras, ou eles lutavam com remorso. Isso mudou dramaticamente em 1095, quando o Papa Urbano II, no Concílio de Clermont na França, inaugurou as Cruzadas. Em suas palavras:

“Ó, que desgraça, se uma raça [Islã] tão desprezada, degenerada e escrava dos demônios conquistar assim um povo fortificado com a fé no Deus onipotente e resplandecente com o nome de Cristo! Ó, quantas repreensões se amontoarão sobre vocês pelo próprio Senhor, se vocês não ajudarem aqueles que, como vocês, são contados na Fé Cristã!”

A essa afirmação, a assembleia gritava “*Deus Vult*” (“Deus o queria”) e os cristãos partiam para combater os “infiéis” islâmicos no Oriente Médio. Os cruzados vestiam grandes cruzes em seu peito para simbolizar a bênção de Deus nessa Guerra Santa. Embora o chamado inicial para as Cruzadas fosse para defender cristãos em Jerusalém, isso mudou rapidamente para uma guerra que punia o Islã em toda parte e, o mais importante, colhia recompensas econômicas dos territórios conquistados. Com as Cruzadas, o cristianismo agora embarcava em Guerras Santas executadas “em nome de Deus, para o ganho de Deus, e para a glória de Deus”.

Até mesmo monges, padres e mulheres participaram nas oito Cruzadas que ocorreram entre 1095 e 1291. Houve também Cruzadas menores, incluindo duas Cruzadas de Crianças que nunca alcançaram a Terra Santa, visto que as crianças se afogaram ou foram vendidas como escravas. As Cruzadas foram defendidas por papas e clérigos e até mesmo monges como São Bernardo de Claraval (1090-1153), que afirmou: “Vão adiante, portanto, com convicção, ó Cavaleiros, e com espírito destemido expulsem os inimigos da cruz de Cristo”.

Só a primeira Cruzada alcançou Jerusalém e todas as outras fracassaram em seus objetivos militares. Os muçulmanos resistiram. Mas as Cruzadas abriram as portas para o comércio internacional, para o serviço bancário e para o surgimento de ordens militares como os Cavaleiros Templários, os Cavaleiros de Malta e os Cavaleiros Teutônicos. Os europeus cristãos agora entenderam que existiam riquezas abundantes para além de suas terras. Era apenas uma questão de tempo até que o ideal cruzadista fosse aplicado à colonização da África, da Ásia e das terras que vieram a ser chamadas de Américas.

As Cruzadas também persistiram na Europa na forma de Inquisições contra hereges e bruxas. Na primeira parte do século 13, em 1209, o Papa Inocêncio III declarou uma Cruzada, não contra sarracenos (muçulmanos) no Oriente Médio, mas contra uma seita cristã pacifista no sul da França, os cátaros, onde “padres, mulheres, crianças e velhos” foram massacrados. Houve três grandes Inquisições: (1) a Inquisição Medieval contra a França, a Alemanha e a Itália; (2) as Inquisições Espanholas contra os judeus e os mouros (muçulmanos); e (3) A Inquisição Romana contra protestantes e católicos dissidentes.

Os Inquisidores Romanos acompanharam os Conquistadores ao “novo mundo” após a invasão militar das terras nativas no Caribe por Cristóvão Colombo em 1492. A tradição

da Guerra Santa que se originou com as Cruzadas continuou nos séculos que se seguiram, enquanto cristãos escravizavam africanos e povos “colonizados” na Ásia e nas Américas também. A colonização cristã é entendida melhor dentro do quadro da Guerra Total.

No século 20, elementos do pensamento da Guerra Santa podem ser encontrados nos Estados de Segurança Fascistas que existiram na Itália, na Alemanha, na Espanha, em Portugal e no Japão. Embora poucos desses movimentos fossem explicitamente cristãos, a noção de que a guerra é gloriosa, de que os guerreiros são exemplos nacionais, e a noção do estado totalitário, ressoam fortemente com a Guerra Total.

Por causa de avanços na tecnologia e da ausência de escrúpulos morais, na Segunda Guerra Mundial foram usadas armas que aniquilaram cidades inteiras com suas populações. O bombardeio por saturação (também chamado de “bombardeio de carpete”) foi usado pelos americanos contra os japoneses e pelos britânicos e americanos contra a Alemanha. Isso foi a Guerra Total contra populações civis. Escolas, hospitais, asilos de idosos e igrejas foram bombardeados com pessoas dentro deles. Quando as bombas atômicas foram usadas em Hiroshima e Nagasaki, as pessoas saudaram e poucos protestaram. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União Soviética formularam uma política de “Destrução Mutuamente Assegurada” para deter cada um desses dois países em relação a um primeiro ataque. Os líderes dessas duas nações estavam preparados para ordenar que bombas e mísseis chovessem nas cidades de cada uma dessas duas nações. Não havia defesa contra tal ataque, embora houvesse planos para abrigar um pequeno número de oficiais do governo em cavernas nas montanhas.

Quando a crise dos mísseis cubanos ocorreu em 1962, um católico, John F. Kennedy, anunciou que ele estava preparado para ordenar um “ataque retaliatório completo” sobre a União Soviética, se eles atacassem os Estados Unidos. O mundo estava à beira da aniquilação nuclear. O Papa João XXIII ajudou a terminar a crise através de mediação, e em abril de 1963 lançou *Pacem in Terris* (“Paz na Terra”), que pedia a eliminação de armas nucleares, desarmamento e a criação de uma “autoridade pública” internacional que pudesse banir a guerra em si mesma. A Igreja Católica falou contra a Guerra Total.

Em 8 de agosto de 2017, o presidente Donald Trump usou a linguagem da Guerra Total quando discursou sobre a posse de armas nucleares pela Coréia do Norte. Ele afirmou: “Eles serão tratados com fogo e fúria como o mundo nunca viu”. O mundo viu a aniquilação de cidades inteiras pelo bombardeio aéreo e pela destruição nuclear de Nagasaki e Hiroshima. O presidente Trump prometeu que um ataque sobre a Coréia do Norte seria pior que isso. Essa é a linguagem da Guerra Total.

CONCLUSÃO: A Guerra Total se originou na Europa com as Cruzadas, na medida em que “Guerras Santas” se tornaram a norma para a Igreja Católica nos séculos que se seguiram. Hoje, só alguns cristãos fundamentalistas apoiam a Guerra Total, ao passo que o conceito e as táticas têm sido condenados fortemente pelo Vaticano.

4 COMUNIDADE MUNDIAL

A Comunidade Mundial é uma união democrática internacional de estados que irá abolir a guerra, defender os direitos humanos, assegurar justiça econômica e social para todos, e proteger o meio ambiente. Os defensores da Comunidade Mundial acreditam que é apenas uma questão de tempo até que os mais de 200 estados nações do mundo se unam em uma União Global que será governada por uma Carta Mundial (Constituição).

ESCRITURA: Os defensores da Comunidade Mundial na tradição cristã acreditam que Deus quer a unidade das nações. Eles são inspirados pela passagem em Isaías que fala da paz global:

"No fim dos tempos acontecerá que o monte da casa do Senhor estará colocado à frente das montanhas, e dominará as colinas. Para aí acorrerão todas as gentes [...] Ele será o juiz das nações, o governador de muitos povos. De suas espadas forjarão relhas de arados, e de suas lanças, foice. Uma nação não levantará a espada contra outra, e não se arrastarão mais para a guerra." (Isaías 2:2-4)

Os defensores da Comunidade Global argumentam que os profetas hebreus oferecem uma visão de uma sociedade universal baseada na justiça e na renúncia à violência.

Nas escrituras cristãs, a Comunidade Mundial acredita que as palavras que Jesus usou para definir o seu ministério são um chamado à justiça universal:

"O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu; e enviou-me para anunciar a Boa-Nova aos pobres, para sarar os contritos de coração, para anunciar aos cáticos a redenção, aos cegos a restauração da vista, para pôr em liberdade os cáticos, para publicar o ano da graça do Senhor." (Lucas 4:18-19)

O mundo em que Jesus gostaria que seus seguidores vivessem era caracterizado pela justiça e pelo amor pelas pessoas em todos os lugares. Os defensores da Comunidade Mundial são inspirados pelo mandamento de Jesus, "Ide, pois, e ensinai a todas as nações" (Mateus 28:19), que descreve a universalidade da mensagem cristã. Ademais, fica claro a partir das interações dele com os não-judeus que ele inclui a todos em sua mensagem messiânica. Os cristãos devem construir um mundo que não conhece fronteiras.

HISTÓRIA: A lei natural iria ter um grande papel na história da ética cristã. Influenciado por Aristóteles e os estoicos, Santo Tomás de Aquino (1225-1274) sustentou que "a lei natural não é senão a participação da criatura racional na lei eterna". Assim, ensinou ele, todas as pessoas têm uma inclinação natural para fazer o bem e viver em comunidade. Ademais, nós somos "animais sociais", que funcionam melhor quando vivemos harmoniosamente com os outros. Os defensores da Comunidade Mundial acreditam que um mundo governado pela filosofia da lei natural e por uma Carta Global (constituição) é não apenas possível, mas necessário para que o planeta sobreviva.

Com a invasão colombiana do velho mundo dos índios Taino em 1492, levantou-se a questão: “Será que os índios têm almas?” Se não tinham, eles poderiam ser escravizados e tratados como bestas de carga. Se tinham almas, então deveriam ser respeitados como pessoas. Os invasores europeus, entretanto, escolheram negar as almas dos índios. Houve uma resistência a isso desde o início, na forma de um frade dominicano, Antonio de Montesinos, que em 1511 d.C. chocou os colonizadores espanhóis afirmando: “Vocês todos estão em pecado mortal! Vocês vivem nele e morrem nele. Por quê? Por causa da残酷和 tirania que vocês usam com essas pessoas inocentes [índios Taino]”. Nem todos os primeiros missionários concordaram com Montesinos e a escravidão continuou.

Bartolomé de Las Casas (1484-1566) inicialmente possuía escravos em Cuba e até pediu a importação de escravos da África, tão logo as pessoas nativas começaram a morrer. Foi preciso grande coragem, portanto, para que ele admitisse esse grande pecado e se arrependesse desse grave mal. Las Casas se tornou um frade dominicano e passou o resto de sua vida buscando libertar os índios, restaurar a terra e a dignidade deles, e pedir para que o direito internacional protegesse os direitos dos povos nativos. Las Casas enunciou os fundamentos filosóficos e teológicos do que veio a se chamar de “direito das nações”.

Há quatro aspectos do pensamento de Las Casas que são fundadores para a Comunidade Mundial¹¹:

1. O Direito das Nações. Por causa de sua crença na lei natural, Las Casas sustentou que os índios eram seres humanos que eram sujeitos às mesmas leis que governavam os espanhóis. Portanto, o direito internacional governava a todos, e não apenas os europeus.
2. Rejeição da Guerra. Las Casas rejeitou a guerra contra os índios baseando-se nos princípios da Guerra Justa. Ele fez a acusação de que os espanhóis estavam fazendo guerras agressivas contra os índios por “ganância” e “ouro”, e elas devem ser condenadas.
3. O Caminho Pacífico de Cristo. Las Casas afirmou simplesmente: “Cristo não é violento. Ele é pacífico com todos”. Em *O Único Modo* (1550), ele afirmou que “é através de *armas espirituais* que as pessoas cristãs devem ser formadas... pela fé, esperança e caridade, virtudes da alma livre apenas”.
4. Justiça Restauradora. Las Casas confiou na antiga tradição de Aristóteles, Cícero, Agostinho e Tomás de Aquino, segundo a qual uma pessoa tem uma obrigação moral de restaurar bens roubados e de reparar prejuízos feitos a outros. Assim, ele acrescenta aos princípios tradicionais da Guerra Justa uma terceira categoria, a “Justiça Após a Guerra” (*Ius post bellum*).

O pensamento de Las Casas sobre a moralidade pós-guerra e sobre o direito internacional influenciou e repercutiu fortemente em Francisco de Vitoria (1486-1546),

¹¹ Para uma discussão completa da vida de Las Casas, ver Gustavo Gutierrez. *Las Casas: In Search of the Poor of Jesus Christ*. Orbis Books, 1995.

Francisco Borgia (1510-1572), Francisco Suárez (1548-1617), Hugo Grotius (1583-1645), e Immanuel Kant (1724-1804), tendo todos formulado leis da guerra e paz que são fundadoras para as relações internacionais hoje. Kant, em *Paz Perpétua*, afirmou que “o direito das nações deve se fundar em uma federação de estados livres” e ele é considerado como o filósofo fundador da União Europeia.

A Comunidade Mundial se desenvolveu gradualmente desde a luta de Las Casas para libertar os índios, desde a luta para abolir a escravidão africana e para terminar o colonialismo, até as lutas pelos direitos dos trabalhadores, direitos civis e direitos das mulheres. Todas essas lutas de libertação são de caráter internacional e elas só podem ser efetivamente resolvidas através de um mundo que seja governado por um sistema jurídico internacional com poderes de polícia suficientes para garantir a lei.

Embora a Liga das Nações tenha fracassado, as Convenções de Genebra tiveram êxito em assegurar direitos humanos através de acordo internacional. A Organização das Nações Unidas, fundada em 1945 por 50 nações, agora conta com mais de 200 membros e se tornou uma casa legal para muitas nações pequenas que seriam sem voz e sem poder sem ela. Ela só se tornará verdadeiramente efetiva quando as nações consentirem livremente com a criação de uma Carta Mundial que governará todas.

PAPA JOÃO: Na tradição católica romana, a publicação da encíclica histórica de 1963 do Papa São João XXIII, *Pacem in Terris* (“Paz na Terra”) é uma adoção formal da Comunidade Mundial. O Papa João afirmou que, em uma era atômica, “é contrário à razão sustentar que a guerra seja agora uma maneira adequada para restaurar direitos que foram violados”. Em vez da guerra, ele afirmou que “a própria ordem moral” exige que uma “autoridade pública mundial” seja criada para resolver problemas para promover o “bem comum universal”.

Há cinco temas em *Pacem in Terris* que são relevantes para a Comunidade Mundial:

1. As nações têm uma obrigação moral de terminar a corrida armamentista, de abolir armas nucleares e de se desarmar.
2. O bem comum universal exige que problemas internacionais sejam resolvidos por uma autoridade pública global.
3. A autoridade pública mundial deve ser livremente escolhida e não imposta pela guerra.
4. A autoridade mundial deve respeitar os direitos dos estados individuais.
5. A Organização das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) são elogiadas como “um passo importante no caminho em direção à organização jurídico-política de todos os povos do mundo”.

Essa citação de *Pacem in Terris* serve como um resumo desses pontos:

"O bem comum universal levanta hoje problemas de dimensão mundial que não podem ser enfrentados e resolvidos adequadamente senão por poderes públicos que possuam autoridade, estruturas e meios de idênticas proporções, isto é, de poderes públicos que estejam em condições de agir de modo eficiente no plano mundial." (136)

Se as nações do mundo escolherem a governança global, os exércitos serão substituídos por forças policiais para garantir o governo das leis. Se um estado-nação atacar outro, os líderes serão presos e julgados em um sistema judicial global. Mas guerras nacionais são altamente improváveis não apenas devido às sanções, mas também devido a uma economia compartilhada e uma cultura colaborativa. Culturas individuais podem prosperar sob a Comunidade Mundial, visto que serão protegidas pela lei e pelo respeito da comunidade.

Em 1962, o Papa João chamou o Concílio Vaticano Segundo (1962-1965) e os bispos católicos romanos do mundo pediram "o estabelecimento de uma autoridade pública universal reconhecida como tal por todos, e dotada de poder efetivo para proteger, em nome de todos, a segurança, o respeito pela justiça e o respeito pelos direitos" (*Gaudium et Spes*, 82).

CONCLUSÃO: A Comunidade Mundial foi o sonho de profetas, poetas e filósofos há milênios. Hoje, o governo mundial está rapidamente se tornando uma necessidade devido à interdependência econômica e social. Talvez a necessidade mais urgente para a Comunidade Mundial seja a destruição do meio ambiente que só pode ser resolvida através da cooperação internacional em concerto e sanções legais que sejam vinculantes para todos.

RESUMO

Todas essas quatro abordagens são encontradas não apenas dentro da tradição cristã, mas também em outras tradições seculares e religiosas. Algumas dessas abordagens coincidem: por exemplo, as abordagens Pacifista e da Guerra Justa podem ser encontradas na abordagem da Comunidade Mundial. Todas essas abordagens, exceto a da Guerra Total, que são compartilhadas por filosofias seculares e outras tradições religiosas, são uma excelente base para o diálogo e para a ação conjunta pela paz e justiça no mundo.

REFERÊNCIAS

ALLMAN, M.J., and T. L. WINRIGHT. *After the Smoke Clears: The Just War Tradition and Post War Justice*. Maryknoll, New York: Orbis Books, 2010.

BAINTON, R. *Christian Attitudes toward War and Peace*. Nashville, TN: Abingdon Press, 1960.

FAHEY, J.J. *War and the Christian Conscience: Where Do You Stand?* Maryknoll, New York: Orbis Books, 2005.

- FRAZIER, W.B. *How the God of Jesus Makes Peace*. New York, NY: CreateSpace, 2017.
- GUTIERREZ, G. *Las Casas: In Search of the Poor of Christ*. Maryknoll, NY: Orbis Books, 1995.
- KURTZ, L., ed. *The Warrior and the Pacifist: Competing Motifs in Buddhism, Judaism, Christianity, and Islam*. New York, NY: Routledge, 2018.
- MISCHE, G., and P. MISCHE. *Toward a Human World Order: Beyond the National Security Straitjacket*. Mahwah, NJ: Paulist Press, 1977.
- PONTIFICAL COUNCIL FOR JUSTICE AND PEACE. *Compendium of the Social Doctrine of the Church*. Washington, DC: USCCB, 2004.
- SCHLABACH, G.W. *Just Policing, Not War*. Collegeville, MN: Liturgical Press, 2008.
- SHARP, G. *The Politics of Nonviolent Action*. Boston, MA: Porter Sargent, 1973.
- TOFT, M.D., PHILPOTT, D., and SHAH, T.S.. *God's Century: Resurgent Religion and Global Politics*. New York, NY: W.W. Norton, 2011.
- WINK, W. *Engaging the Powers: Discernment and Resistance in a World of Domination*. Minneapolis, MN: Fortress Books, 1992.